

O início: Sexto Empírico e o ceticismo pirrônico

O ceticismo antigo nasce com Pirro de Élis, através da suspensão radical de juízo. Tal postura filosófica, contudo, está longe da dúvida inconseqüente

Por Jaimir Conte

Embora os cétricos gregos tenham produzido uma grande quantidade de escritos, poucos sobreviveram. Quase tudo o que sabemos sobre o ceticismo antigo se deve principalmente às obras tardias de Diógenes Laércio (século 3), Cícero (século 1 a.C.) e especialmente às obras do médico e filósofo grego Sexto Empírico (século 2), assim como aos escritos de seus oponentes, como Santo Agostinho (século 4), e a referências dispersas presentes numa grande variedade de fontes. O ceticismo formulado nesses escritos exerceu pouca influência sobre o pensamento medieval depois de Agostinho e, na verdade, eles estiveram, em grande medida, inacessíveis até serem recuperados durante o Renascimento.

Os escritos de Sexto Empírico reapareceram na segunda metade do século 16. Primeiramente, numa tradução latina das *Hipotiposes pirrônicas* realizada por Henri Estienne, publicada em Paris em 1562. Logo em seguida, em 1569, numa tradução latina da obra *Adversus mathematicos*, realizada por Gentien Hervet. Foram esses textos que mais contribuíram para o surgimento do pensamento cético no início da filosofia moderna, em especial nos escritos de Montaigne (1533-1592). Tão forte foi a impressão causada pela leitura de Sexto que, além de retomar e desenvolver nos *Ensaíos* os principais argumentos da tradição cética



Reprodução

Sexto Empírico, médico e filósofo grego da segunda metade do século II e início do séc. III d.C. Sua obra descreve a escola cética que remonta a Pirro de Élis (c. 365-275 a.C.)

compilados por Sexto, Montaigne fez gravar nas vigas de sua “biblioteca” várias sentenças extraídas das *Hipotiposes* e, numa medalha, a famosa divisa “*Que sais-je?*”, na qual figurava do outro lado uma balança com os dois pratos em equilíbrio, símbolo da suspensão do juízo e do tema central das *Hipotiposes*: a equi-polência, ou igual peso dos diferentes pontos de vista.

A “crise pirrônica” que Montaigne teve ao ler as *Hipotiposes* foi vivida por vários filósofos posteriores, mesmo por aqueles, tais como Descartes (1596-1640) e Berkeley (1685-1753), cujo empreendimento foi, claramente, o de refutar o ceticismo. A força e o impacto

do pirronismo foram tão grandes que refutar o ceticismo tornou-se um dos principais desafios da filosofia moderna. Devido a seu radical enfoque contrário às pretensões da metafísica, e como resultado também das obras de David Hume (1711-1776), que levou a lógica dos argumentos céticos encontrados em Sexto e em Descartes a suas conclusões mais extremas, o pirronismo tornou-se um aspecto permanente do pensamento filosófico dos séculos subseqüentes até os nossos dias.

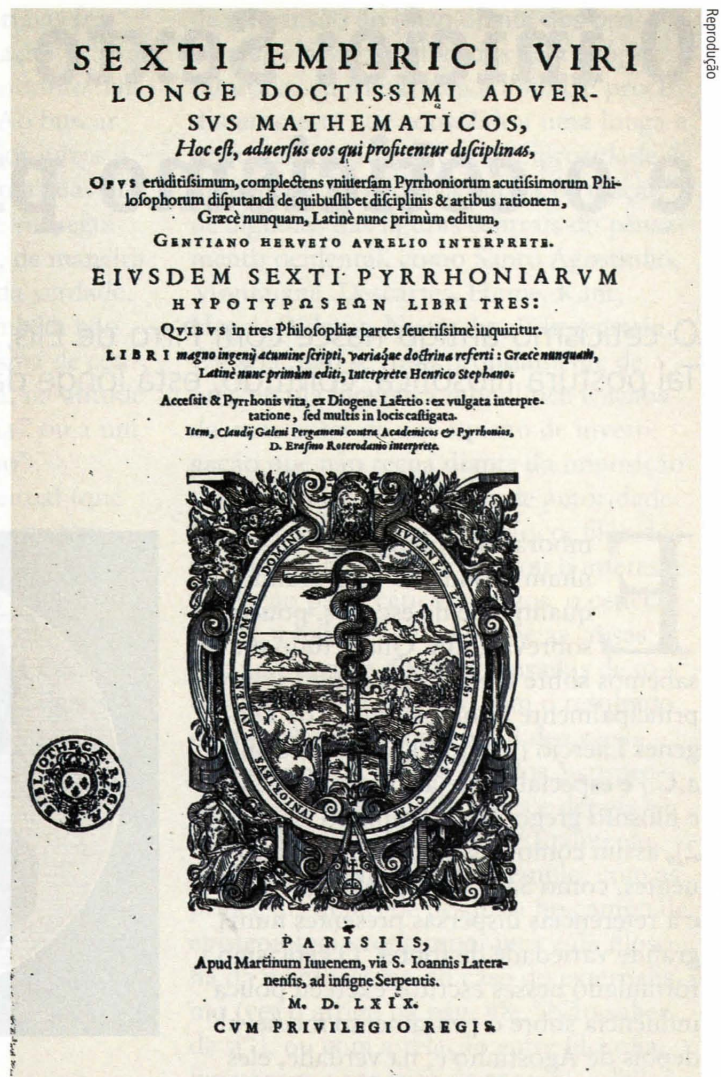
Para a tranqüilidade da alma

A fim de caracterizar o ceticismo pirrônico, um bom ponto de partida é início das *Hipotiposes*, onde Sexto apresenta “as características próprias do ceticismo, seus propósitos e princípios, seus argumentos, seu critério e seus objetivos, assim como os ‘tropos’ ou ‘modos’ que levam à suspensão do juízo”.

Sexto inicia fazendo uma distinção entre três tipos de filosofias: as que alegam ter encontrado a verdade, como as filosofias de Aristóteles, de Epicuro e dos estoícos; as que negam a possibilidade de encontrá-la, como a dos Acadêmicos; e as que ainda a procuram, como a escola cética. Essa distinção permite a Sexto separar a escola cética do tipo de ceticismo que floresceu, inspirado em Sócrates, na Academia de Platão. Ao afirmar que a verdade seria inapreensível, os céticos Acadêmicos, dentre os quais Clitômaco (175-110 a.C.) e Carnéades (219-129 a.C.), sustentariam, na verdade, segundo Sexto, uma forma de dogmatismo negativo. Ao contrário, a preocupação de Sexto é mostrar que os céticos pirrônicos não alegam ter descoberto a verdade nem afirmam que esta não pode ser descoberta, mas que continuam investigando. O ceticismo pirrônico, portanto, não faz nenhuma afirmação tão categórica quanto

à dos céticos Acadêmicos. É um tipo de ceticismo que dá ênfase à suspensão do juízo. É nisso que consiste o ceticismo efético, ou suspensivo, que Sexto considera como o verdadeiro “ceticismo”, e que seria proveniente da filosofia de Pirro de Élis (c.360-c.270 a.C.). É por isso que o ceticismo antigo é frequentemente denominado de “pirronismo”.

Sexto explica que a suspensão do juízo, ou seja, a impossibilidade de afirmar ou negar algo, é o resultado do princípio metodológico cético que consiste em comparar e em opor entre si, de todas as maneiras possíveis, as coisas que os sentidos percebem (fenômenos) e que a inteligência concebe (númeno). Examinando as explicações, por exemplo, em sua busca da verdade (*zétesis*) o cético se depararia com teorias conflitantes (*dia-*



Frontispício da primeira edição em latim da obra *Adversus mathematicos*, de Sexto Empírico, publicada em Paris no ano de 1569, que incluiu a republicação das *Hipotiposes pirrônicas*, publicadas pela primeira vez em 1562

phonia), cada qual pretendendo ser a única verdadeira. Dada a falta de um critério para decidir qual dessas teorias assim opostas é a verdadeira – já que os critérios dependeriam eles próprios das teorias e não seriam imunes ao questionamento – considera que todas têm igual peso (*isosthenia*). Incapaz de decidir entre elas, de fazer uma escolha, o cético se encontra então forçado a não se pronunciar (*afasia*) e, portanto, a suspender seu juízo (*epoché*). Ao fazê-lo, descobre-se livre das inquietações, alcançando, assim, a tranqüilidade da alma (*ataraxia*).

A finalidade do ceticismo, segundo Sexto, é a tranqüilidade em questões de opinião e a sensação moderada quanto ao inevitável. “Pois o cético, tendo começado a filosofar com o objetivo de decidir acerca da verdade ou falsidade das impressões sensíveis de modo a alcançar com isso a tranqüilidade, encontrou-se diante da equípólencia nas controvérsias, e sem poder decidir sobre isto, adotou a suspensão, e, em conseqüência da suspensão seguiu-se, como que fortuitamente, a tranqüilidade em relação às questões de opinião. Pois aqueles que mantêm uma opinião sobre se algo é por natureza bom ou mau estão sempre perturbados. Quando se encontram privados daquilo que consideram bom, sentem-se afligidos por algo naturalmente mau e passam a buscar aquilo que pensam ser bom. E ao obter isso sentem-se ainda mais perturbados, já que ficam contentes de forma irracional e imoderada e passam a rezear que as coisas mudem e percam aquilo que pensam ser bom. Mas, ao contrário, aqueles que não determinam serem as coisas naturalmente boas ou más, não as evitam nem as buscam avidamente, e, por isso, não se perturbam”.

Modos de argumentação

Os céticos empregaram uma série de modelos de argumentos, conhecidos como *tropos* ou *modos*, destinados a induzir a suspensão do juízo sobre as doutrinas dogmáticas que pretendem dizer como as coisas são em si mesmas. Os mais conhecidos são os dez *modos* atribuídos a Enesidemo (séc. 1 a.C.).

O primeiro modo baseia-se na diversidade dos animais. Os órgãos dos sentidos variam de uma espécie para outra. A representação de um mesmo objeto deve, portanto, variar de uma espécie para outra em virtude dessas diferenças. Não temos, contudo, um critério para declarar que as percepções de uns representam mais fielmente a realidade que as percepções dos outros. O segundo, terceiro e quarto modos exploram o fato de que, segundo as circunstâncias – juventude ou velhice, saúde ou doença, movimento ou repouso – um mesmo sujeito não vê necessariamente o mesmo objeto sempre da mesma maneira. Além disso, as sensações que um sujeito tem variam também segundo

o lugar, a posição e a distância do objeto. Outro argumento lembra que os costumes, as leis, as crenças variam. Todos os dez modos apelam para vários fatores (tais como as condições que afetam o sujeito e o objeto e as circunstâncias em que o objeto se encontra), que influenciam a maneira como as coisas nos aparecem. A conclusão é que o conhecimento sensível é relativo; que podemos dizer como as coisas nos aparecem, mas não como são em si mesmas, em sua natureza real; e que sobre este último ponto devemos suspender o juízo.

Além dos dez modos, que constituem essencialmente um questionamento radical da experiência dos sentidos como o critério de verdade, Sexto menciona o desenvolvimento, por parte dos céticos posteriores a Enesidemo, de outros tipos de argumentos. Trata-se dos cinco *modos* de Agripa. O *primeiro* é o da discordância, ou *diafonia*. Consiste em reconhecer a existência de significativas diferenças de opiniões entre os homens, de maneira particular entre as doutrinas dos filósofos. Devido à equípólencia das opiniões e doutrinas opostas, e da impossibilidade de resolver o desacordo existente entre elas, conclui que é preciso suspender o juízo sobre quais são verdadeiras e quais são falsas. O *segundo* é o da *regressão ao infinito*. Consiste em considerar que todo argumento exige uma prova que, ela mesma, deve ser provada – do contrário seria arbitrária –, e assim por diante, de modo que não podemos jamais chegar ao fim. O *terceiro* é o da *relação*. Explora o fato de que toda representação que temos de um objeto é relativa à natureza do sujeito e às condições nas quais se encontra o objeto, de modo que não podemos saber como as coisas são na realidade, objetivamente, mas apenas dizer como nos aparecem. O *quarto* é o da *hipótese*. Considera que toda tentativa de evitar a

phonia), cada qual pretendendo ser a única verdadeira. Dada a falta de um critério para decidir qual dessas teorias assim opostas é a verdadeira – já que os critérios dependeriam eles próprios das teorias e não seriam imunes ao questionamento – considera que todas têm igual peso (*isosthenia*). Incapaz de decidir entre elas, de fazer uma escolha, o cético se encontra então forçado a não se pronunciar (*afasia*) e, portanto, a suspender seu juízo (*epoché*). Ao fazê-lo, descobre-se livre das inquietações, alcançando, assim, a tranqüilidade da alma (*ataraxia*).

A finalidade do ceticismo, segundo Sexto, é a tranqüilidade em questões de opinião e a sensação moderada quanto ao inevitável. “Pois o cético, tendo começado a filosofar com o objetivo de decidir acerca da verdade ou falsidade das impressões sensíveis de modo a alcançar com isso a tranqüilidade, encontrou-se diante da equípolência nas controvérsias, e sem poder decidir sobre isto, adotou a suspensão, e, em conseqüência da suspensão seguiu-se, como que fortuitamente, a tranqüilidade em relação às questões de opinião. Pois aqueles que mantêm uma opinião sobre se algo é por natureza bom ou mau estão sempre perturbados. Quando se encontram privados daquilo que consideram bom, sentem-se afligidos por algo naturalmente mau e passam a buscar aquilo que pensam ser bom. E ao obter isso sentem-se ainda mais perturbados, já que ficam contentes de forma irracional e imoderada e passam a rezear que as coisas mudem e percam aquilo que pensam ser bom. Mas, ao contrário, aqueles que não determinam serem as coisas naturalmente boas ou más, não as evitam nem as buscam avidamente, e, por isso, não se perturbam”.

Modos de argumentação

Os céticos empregaram uma série de modelos de argumentos, conhecidos como *tropos* ou *modos*, destinados a induzir a suspensão do juízo sobre as doutrinas dogmáticas que pretendem dizer como as coisas são em si mesmas. Os mais conhecidos são os dez *modos* atribuídos a Enesidemo (séc. 1 a.C.).

O primeiro modo baseia-se na diversidade dos animais. Os órgãos dos sentidos variam de uma espécie para outra. A representação de um mesmo objeto deve, portanto, variar de uma espécie para outra em virtude dessas diferenças. Não temos, contudo, um critério para declarar que as percepções de uns representam mais fielmente a realidade que as percepções dos outros. O segundo, terceiro e quarto modos exploram o fato de que, segundo as circunstâncias – juventude ou velhice, saúde ou doença, movimento ou repouso – um mesmo sujeito não vê necessariamente o mesmo objeto sempre da mesma maneira. Além disso, as sensações que um sujeito tem variam também segundo

o lugar, a posição e a distância do objeto. Outro argumento lembra que os costumes, as leis, as crenças variam. Todos os dez modos apelam para vários fatores (tais como as condições que afetam o sujeito e o objeto e as circunstâncias em que o objeto se encontra), que influenciam a maneira como as coisas nos aparecem. A conclusão é que o conhecimento sensível é relativo; que podemos dizer como as coisas nos aparecem, mas não como são em si mesmas, em sua natureza real; e que sobre este último ponto devemos suspender o juízo.

Além dos dez modos, que constituem essencialmente um questionamento radical da experiência dos sentidos como o critério de verdade, Sexto menciona o desenvolvimento, por parte dos céticos posteriores a Enesidemo, de outros tipos de argumentos. Trata-se dos cinco *modos* de Agripa. O *primeiro* é o da discordância, ou *diafonia*. Consiste em reconhecer a existência de significativas diferenças de opiniões entre os homens, de maneira particular entre as doutrinas dos filósofos. Devido à equípolência das opiniões e doutrinas opostas, e da impossibilidade de resolver o desacordo existente entre elas, conclui que é preciso suspender o juízo sobre quais são verdadeiras e quais são falsas. O *segundo* é o da *regressão ao infinito*. Consiste em considerar que todo argumento exige uma prova que, ela mesma, deve ser provada – do contrário seria arbitrária –, e assim por diante, de modo que não podemos jamais chegar ao fim. O *terceiro* é o da *relação*. Explora o fato de que toda representação que temos de um objeto é relativa à natureza do sujeito e às condições nas quais se encontra o objeto, de modo que não podemos saber como as coisas são na realidade, objetivamente, mas apenas dizer como nos aparecem. O *quarto* é o da *hipótese*. Considera que toda tentativa de evitar a



Reprodução

Após abandonar o maniqueísmo, Santo Agostinho aproxima-se do ceticismo da Nova Academia, que posteriormente será refutado em sua obra **Contra os Acadêmicos**

regressão ao infinito com base em algo não justificado é inaceitável. O *quinto* modo é o do *dia/elo*. Consiste em considerar que quando pretendemos provar algo com base numa consequência daquilo que procuramos demonstrar, caímos num círculo vicioso, onde A é provado por B e B por A; o que é logicamente inaceitável.

O pirronismo antigo é, sem dúvida, uma filosofia da dúvida. Quando se fala indistintamente do ceticismo filosófico, no entanto, tende-se a reduzi-lo à dúvida. A imagem do cético como aquele que duvida de tudo está vinculada ao ceticismo moderno, é dúvida de Descartes como empregada nas *Meditações*. Com efeito, embora tivesse claramente o objetivo de refutar o ceticismo, Descartes empregou argumentos da tradição cética a fim de colocar tudo em dúvida. Em sua estratégia argumentativa, que na verdade tinha em vista reduzir ao absurdo o ceticismo, mostrando no final que nem tudo podia ser posto em dúvida, Descartes levou tão longe os argumentos céticos que, a partir de então, o ceticismo passou a ser sinônimo de dúvida. Para os pirrônicos gregos, no entanto, a dúvida representava uma atitude entre outras, manifestando o espírito de investigação e de exame. Julgando a verdade muito importante para aceitar pacificamente uma sólida explicação, um sólido argumento a favor (ou contra), os pirrônicos lançavam-se na busca de outras explicações, de argumentos contrários. Como escreve Sexto: "A filosofia cética é denominada também de 'zetética' devido à sua atividade de investigar e indagar; 'efética', ou suspensiva, devido ao estado produzido naquele que investiga após a sua busca; e 'aporética', ou dubitativa, qual seja, segundo alguns, devido a seu hábito de duvidar e de buscar, ou devido à sua indecisão quanto à afirmação ou negação". É a razão pela qual Sexto Empírico define o ceticismo como uma filosofia da investigação. Uma filosofia que não duvida dos fenômenos, daquilo que aparece, mas apenas daquilo que se afirma dogmaticamente para além dos fenômenos. Neste sentido, perfeitamente compatível com o espírito científico, uma filosofia que não impede o estudo dos fenômenos e a teorização sobre os fenômenos. Uma filosofia que deixa inteiramente de lado a ciência dogmática, a busca de verdades absolutas, reconhecida impossível, mas que em compensação atribui um valor à experiência e à vida, não desejando, como afirma Sexto, ir de encontro ao senso comum nem transtornar a vida.